

PETIÇÃO Nº 41 / XI/1ª

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia da República
Doutor Jaime José Matos da Gama

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>345630</u>
Classificação <u>14</u>
Data <u>10, 02, 23</u>

À 1ª Comissão.
2, 3, 10

ADMC para 11ª Comissão e/ou

Assunto:

Petição tendente à aprovação do Dia Nacional da Natalidade/Dia da Grávida

Os quatro mil, cento e um peticionários, constantes no suporte informático em anexo, solicitam a melhor atenção de Vossa Excelência e dos Digníssimos Deputados para a validade da Petição, ora apresentada.

As principais razões dos peticionários prendem-se com o défice da natalidade em Portugal, facto inquestionável nas últimas três décadas, com a necessidade de aprofundar as políticas de incentivo à maternidade e a ausência de debate nacional sobre estas matérias.

É também importante sublinhar que o défice de natalidade não quer dizer apenas que, a prazo, o nosso país terá menos portugueses. Portugal, o oitavo país mais envelhecido do mundo, terá, caso não se verifique uma inversão, enorme dificuldade em apoiar os mais idosos.

Assim, os peticionários pedem, de acordo com os fundamentos apensos, que a Assembleia da República aprove o dia 09 de Setembro de cada ano como o Dia Nacional da Natalidade/Dia da Grávida.

O dia 09.09 representa, no entender dos peticionários, um símbolo, explicável pelo número de meses de gestação.

Atenciosamente, subscrevem os primeiros quatro peticionários.


Carlos Mendonça Vieira Noivo - BI

TLM


Yolanda Maria do Carmo Lobo Vieira Noivo - BI

TLM


Tânia Marisa Ferreira Henriques - BI

TLM


Ana Raquel Pereira Magalhães Trigo dos Santos - BI

TLM

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente do Conselho
N.º de Entrada <u>345630</u>
Classificação <u>14</u>
Data <u>02.02.2010</u>

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2010

Anexos:

Petição em prol do Dia Nacional da Natalidade/Dia da Grávida – Fundamentos;
CD com os dados correspondentes a 4 101 peticionários, com os fundamentos da Petição em prol do Dia Nacional da Natalidade/Dia da Grávida e com a Carta dirigida ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia da República, em 23 de Fevereiro de 2010.

Petição em prol do Dia Nacional da Natalidade/Dia da Grávida

Fundamentos

"Um país sem crianças é um país sem futuro. (...) Se não existem crianças, avançamos rapidamente para um envelhecimento da população, e todos sabemos que a consequência é o baixo crescimento económico (...)"

Foi desta forma que, em Dezembro de 2009, o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, manifestou a sua preocupação em relação ao défice da natalidade.

Em Portugal, o problema da baixa natalidade, e consequente envelhecimento da população, começou a manifestar-se, de forma mais marcante, no início dos anos 90.

Enquanto que, na década de 80, o número de nascimentos ultrapassava, em média, os 130 mil por ano (158 309, em 1980, e 130 450, em 1985), a partir de 1990, e até 2008, estes valores nunca foram retomados e entrou-se num real declínio da taxa de natalidade. Ou seja, passou-se de cerca de 116 mil nascimentos, em 1990, para 104 mil, em 2008.

O ano de 2007 foi particularmente dramático neste aspecto. Pela primeira vez desde 1917, Portugal registou um saldo natural negativo entre nascimentos e óbitos: 102 492 nascidos-vivos para 103 512 óbitos.

De acordo com os dados já avançados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), referentes ao primeiro semestre de 2009, o número de nascimentos poderá atingir outra marca histórica, ao ficar no limiar dos 100 mil. Segundo o INE, entre Janeiro e Junho do ano passado, nasceram apenas 47 738 bebés.

O ano de 2008 também não se revelou positivo. O crescimento efectivo face ao ano anterior foi de apenas 0,09%. A análise do Instituto, em relação à taxa de crescimento efectivo da população, no período de 2002 a 2008, dá conta de um aumento da percentagem dos indivíduos com 65 e mais anos de idade, que representam já mais de 17%.

No mesmo período, o INE concluiu também que o índice de envelhecimento, que se traduz pela relação entre o número de indivíduos com 65 e mais anos por cada 100 entre os 0 e os 14 anos, passou de 106 para 115.

Ao mesmo tempo, a esperança média de vida tem vindo a aumentar significativamente desde o início desta década. De 2000 até 2008, registou-se um aumento de 2,46 anos para os homens e 2,05 para as mulheres. Desta forma, estima-se, para o período 2006-2008, uma esperança média de vida à nascença de 75,49 anos para o sexo masculino e de 81,74 anos para o feminino.

De salientar também a subida da esperança média de vida aos 65 anos, que de 17,44 anos, em 2002-2004, passou para 18,13 anos em 2006-2008.

Dois factores fundamentais numa análise à evolução da natalidade num país são, sem dúvida, a idade média da mulher aquando do nascimento do primeiro filho e o índice de fecundidade.

Sobre o primeiro, os últimos Indicadores Sociais do INE demonstram que a idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho foi, em 2008, de 28,4 anos. Em 2002, este número situava-se nos 27.

A taxa de fecundidade sofreu uma redução neste mesmo período, descendo de 1,47 filhos por mulher, em 2002, para 1,37, em 2008.

Ou seja, actualmente, a renovação das gerações encontra-se bastante comprometida, uma vez que seria necessário um índice de fecundidade na ordem dos 2,1 filhos por mulher. Aliás, desde 1980, que as gerações não são repostas no nosso país, o que o torna no oitavo país mais envelhecido do mundo.

O envelhecimento da população e o decréscimo da natalidade não são fenómenos exclusivos de Portugal. Admite-se que a percentagem da população da União Europeia dos 25 (UE25) irá diminuir, entre 2000 e 2030, de 11% para 6% da população mundial. Calcula-se que, em 2050, os europeus (UE25) sejam 449 milhões, muito menos que os 470 milhões previstos até 2025 (incluindo a imigração).

Ao mesmo tempo, o número de pessoas idosas, em relação à população jovem, irá aumentar exponencialmente. Ao considerar-se apenas a população em idade activa, até aos 64 anos de idade, as análises prevêem uma perda de 20,8 milhões de pessoas até 2030. Ou seja, dentro de vinte anos, o impacto do envelhecimento da população será ainda mais evidente do que actualmente.

Cenário de base do Eurostat. UE25 (entre parênteses, em milhares)	2005-2050	2005-2010	2010-2030	2030-2050
População total	-2,1% (-9642)	+1,2% (+5444)	+1,1% (+4980)	-4,3% (-20066)
Crianças (0-14)	-19,4% (-14415)	-3,2% (-2391)	-8,9% (-6411)	-8,6% (-5612)
Jovens (15-24)	-25,0% (-14441)	-4,3% (-2488)	-12,3% (-6815)	-10,6% (-5139)
Jovens adultos (25-39)	-25,8% (-25683)	-4,1% (-4037)	-16,0% (-15271)	-8,0% (-6375)
Adultos (40-54)	-19,5% (-19125)	+4,2% (+4170)	-10,0% (-10267)	-14,1% (-13027)
Trabalhadores mais velhos (55-64)	+8,7% (+4538)	+9,6% (+5024)	+15,5% (+8832)	-14,1% (-9318)
Seniores (65-79)	+44,1% (+25458)	+3,4% (+1938)	+37,4% (+22301)	+1,5% (+1219)
Pessoas muito idosas (80+)	+180,5% (+34026)	+17,1% (+3229)	+57,1% (+12610)	+52,4% (18187)

O impacto económico destes fenómenos é também alvo de preocupação: o crescimento potencial anual do Produto Nacional Bruto europeu poderá situar-se nos 1,25%, em 2040, enquanto que, em 2005, era de 2,25%.

Os factores que concorrem para o défice da natalidade são diversos e abrangem tanto as componentes social como a económica. Para além do adiamento da maternidade, existem outros que também são fundamentais.

A instabilidade económica, o difícil acesso ao primeiro emprego e conseqüente progressão na carreira, a dificuldade na compra (e aluguer) de habitação e os poucos mecanismos de incentivo à natalidade, são alguns dos mais prementes.

Tendo em conta a presente realidade de alguns países europeus, a política de incentivos à natalidade pode ser uma das soluções mais adequadas para minimizar o problema a médio prazo.

A França, a Suécia e a Holanda registam actualmente uma tendência de rejuvenescimento. O caso francês é o mais paradigmático: o país dispõe da maior rede de creches gratuitas de toda a Europa, garante uma licença de maternidade de 20 semanas com o posto de trabalho assegurado, benefícios fiscais e descontos em transportes para famílias numerosas. O resultado é a melhor taxa de fecundidade da Europa, com 2,0 filhos por cada mulher.

Em Portugal, têm vindo a ser adoptadas algumas medidas de apoio à natalidade. Destacamos algumas das iniciativas dos XVII e XVIII Governos Constitucionais:

Novo abono pré-natal e a majoração do abono de família;

Criação de 400 novas creches, no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), que permitem o aumento de 33% no número de vagas para crianças;

Novo regime de protecção social da parentalidade, cujas principais novidades são o alargamento da licença parental e o reforço do papel do pai (e dos avós);

Criação da Conta Poupança-Futuro, um plano de poupança que irá abranger todas as crianças nascidas em Portugal e que conta com um depósito inicial de 200 euros. A conta só poderá ser movimentada a partir dos 18 anos e garante benefícios fiscais aos pais semelhantes aos PPR.

Em Setembro de 2007, durante a apresentação do aumento da rede nacional de creches, o Primeiro-Ministro, José Sócrates, afirmou:

"O apoio à natalidade deve constituir um grande objectivo nacional (...) Para apoiar a natalidade, temos que dar condições aos casais para que possam compatibilizar a realização profissional e familiar".

O conhecimento dos elementos anteriormente aduzidos fez com que um grupo de cidadãos promovesse uma Petição, com o objectivo de reunir mais de 4 000 assinaturas, e colocá-la à consideração da Assembleia da República.

Os peticionários, que não são inspirados por qualquer confissão religiosa, por nenhuma orientação política ou interesse económico, pretendem que a Assembleia da República aprove o dia 09 de Setembro (09.09) de cada ano, como o Dia Nacional da Natalidade/Dia da Grávida.

Na génese do dia 09.09 está a simbologia com os nove meses de gestação e a certeza de que, pelo menos, uma vez por ano, a propósito do Dia Nacional da Natalidade/Dia da Grávida, o défice da natalidade em Portugal e as medidas que o possam combater estarão na ordem do dia.

Fontes:

- Livro Verde: "Uma nova solidariedade entre gerações face às mutações demográficas", Comissão das Comunidades Europeias
- Projeções de população do Eurostat, resultados provisórios, Dezembro de 2004
- Instituto Nacional de Estatística
- Agência Lusa
- ONU